Capítulo IX

Regime autoritário e capitalismo autoritário

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Regime autoritário e capitalismo autoritário. pp. 119-127. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo IX

Regime autoritário e capitalismo autoritário

Discussões doutrinárias nos anos 30 e começo dos anos 40

Antes de 1930 pode se distinguir os rumores de um desenvolvimento capitalista autoritário¹. Mas é efetivamente depois de 1930 que gradativamente adquire consistência ao nível da política econômica, permitindo-nos começar a distinguir a sua “evolução”.

O fato de que nos anos 30 o fascismo estava se desenvolvendo na Europa e no Japão permitiu que a sua *forma* fosse emprestada ao capitalismo autoritário brasileiro – com o qual de qualquer maneira sem dúvida estava relacionado – fornecendo-lhe uma certa formulação ideológica. O antiliberalismo podia ser expresso bastante livremente.

Azevedo Amaral, um dos ideólogos principais do Estado Novo, diria (1943: 31):

Contra essa orientação (da democracia liberal), no sentido da universalização artificial de um regime político, ergue-se a reação vigorosa do espírito contemporâneo com a afirmação da ideia nacional (...). O nacionalismo, que pode ser considerado o dogma primacial proclamado pelo pensamento político do século XX, contrapõe-se, assim, em uma posição de intransigente antagonismo, à ideia da generalização mundial de instituições padronizadas.

E (1943: 34):

Decorre, portanto, logicamente dos próprios fatores determinantes do descrédito e da falência da democracia eleitoral e parlamentar a atitude das novas organizações estatais relativamente aos problemas econômicos. A pressão por esses exercida impõe assim à democracia renovada outros rumos, nitidamente traçados no sentido de uma intervenção do poder público, submetendo os interesses privados ao

¹ De acordo com o economista polonês Ignacy Sachs (1969: 177) a chamada valorização do esquema cafeeiro no Brasil foi o primeiro exemplo de uma importante “intervenção quantitativa” do Estado na história do capitalismo mundial. Embora se desse sobretudo em função dos interesses dos produtores e comerciantes do café e nada tivesse a ver com o desenvolvimento capitalista no sentido estrito, o fato da intervenção estatal é por si significativo.

ritmo do bem coletivo e chegando até à racionalização compulsória das atividades econômicas.

O próprio Getúlio Vargas, mais cautelosamente, após ter golpeado a Esquerda e o Integralismo e estabelecido o Estado Novo diria:

A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la (Em Amaral, 1943: 23).

Já em 1930, Azevedo Amaral fizera o importante diagnóstico de que com a proclamação da República “o ciclo de conquistas políticas *compatíveis com o nível de desenvolvimento social da nação*” (ênfase OGV) havia se encerrado (1930: 246). Ao contrário de Oliveira Viana (1973), que já antecipara a ideia de um *vazio social* onde age o Estado no Brasil, Amaral *data* esse processo. Se por um lado isto o leva a uma certa arbitrariedade e a não avançar na caracterização da situação anterior (a noção implícita de que haveria então “compatibilidade” entre política e “desenvolvimento social” ocultando as raízes do autoritarismo e confundindo-o, ainda, com centralização), por outro lado evita pensar que o simples crescimento da máquina estatal antes de ganhar certa autonomia por si representa uma centralização no sentido forte. De acordo com ele, após essa data é que surgiu uma tendência natural, devido às pressões da vida nacional, para aumentar a autoridade estatal como um instrumento para a solução de problemas concretos. Em nossas palavras, a dominância política centralizada tornara-se inevitável.

É extremamente interessante observar que Amaral acreditava ser esta a tendência natural *antes* da Revolução de 30. Na verdade desconfiava bastante dos movimentos liberais dos anos 20 e da Aliança Liberal de Vargas, que supunha remarem contra a correnteza. Chamava a atenção para o fato de que nas condições brasileiras a insistência liberal na democracia eleitoral manteria a política como um reflexo do nosso atraso econômico e cultural. (1930: 234) Na sua perspectiva, a autoridade executiva precisava ser reforçada. A sua adesão posterior a Vargas (Amaral, 1938) indica claramente a direção em que se movimentou o regime.

Os anos 30 e o começo dos anos 40 testemunharam um debate ideológico bastante vivo². Cassiano Ricardo (1970) e outros buscaram legitimar o Estado Novo estabelecendo uma continuidade através de toda a história brasileira e acentuando os germes do autoritarismo estatal que deveriam ter estado sempre presentes. Como veremos no próximo capítulo, Ricardo viu esses germes exatamente na estrutura da Bandeira colonial e no processo de expansão territorial, que supostamente prosseguiria no Estado Novo com a ocupação efetiva do território.

Ao mesmo tempo, todavia, havia uma corrente oposta entre os intelectuais brasileiros que sempre tendera a acentuar a importância do “poder privado” e o fato de que historicamente o Estado fora impotente ou apenas um instrumento do domínio oligárquico, uma extensão do poder privado. O próprio Vargas era por vezes visto como sendo nada mais do que um oligarca e o fato das suas políticas serem aparentemente inconsistentes e alternarem entre oposição e apoio às oligarquias tradicionais deixava em aberto a possibilidade de interpretações muito contraditórias.

Nestor Duarte, escrevendo em 1939, foi provavelmente o autor (juntamente com Oliveira Viana para quem historicamente a fraqueza e a desorganização das classes era compensada por uma patronagem de natureza *política*) que na época mais sistematicamente tentou combinar numa construção teórica esses traços contraditórios (Duarte, 1966). O seu livro intitulou-se significativamente *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*.

De acordo com Duarte, a organização social que se formou historicamente no Brasil praticamente prescindia do Estado (1966: 93). O mesmo poderia ser dito do processo de expansão territorial. As grandes propriedades agrárias eram a principal sede do poder e a sociedade tendia a

se dividir em um número correspondente de núcleos fechados e independentes (1966: 95).

Após a independência surgiu um aparelho de Estado. Porém era conduzido pela “ordem privada” (1966: 96). A política era assunto dos grandes senhores de terra. A massa do povo não tinha nada a ver com isso e circunscrevia o seu “mundo” aos limites das grandes propriedades agrárias, onde não se sentia a presença do Estado. A “centralização” que se deu tinha a ver principalmente com a manutenção da unidade territorial, a que não se opunham forças significativas (1966: 115). Porém:

À centralização escapava a irredutibilidade da grande massa populacional que formava círculo mais vasto, sem ideia política nem consciência nacional (1966: 116).

Todavia:

A nossa história dita política, o conjunto das leis que atestam a existência constitucional da nação, a atuação e diretriz dos homens públicos mais representativos, revela antes o trabalho consciente ou não, para modificar e contornar esses fatores e acontecimentos, em procura dos rumos e condições propícias à existência e ao desenvolvimento permanente das instituições políticas e do poder público (1966: 117).

Em outras palavras, no decorrer de todo o Império e da República a vida política representara um esforço para construir uma estrutura estatal no vazio. A imitação das concepções e práticas políticas de países mais avançados levava na prática a um bem diferente “esforço por constituir com *a lei antes dos fatos* (ênfase OGV), uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar” (1966: 117-18).

Isso teria sido uma tarefa cheia de conflitos. Como o governo era praticamente o único foco da vida política, sentia-se fraco diante desse esforço. Justamente por causa disso o Estado tinha de lutar por mais poder, mais centralização, mais autoridade (1966: 118). Porém isso era muito contraditório, pois se se tinha a luta da *lei* contra os *fatos*, os *fatos*, por outro lado, representavam toda uma estrutura que resistia à transformação.

² Entre os seus participantes contavam-se Azevedo Amaral, Francisco Campos, Gustavo Barroso, Nestor Duarte, Oliveira Viana, Plínio Salgado. Oliveira Viana de certa forma havia se antecipado ao debate pelo menos desde a publicação do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*. O mesmo poderia ser dito de outros personagens, como Francisco Campos, mas somente na década de 30 é que o campo intelectual autoritarista como tal se estrutura plenamente. A propósito do pensamento político autoritário brasileiro ver a série de artigos publicada por Jarbas Medeiros (1974a, 1974b, 1974c).

Ante a realidade do Brasil, o papel do Estado não é refletir e conservar tal ou qual ambiência, mas assumir a função de reformar, criar, educar um povo (1966: 122).

Tudo isso, porém, era muito difícil. Os homens que estavam à testa do Estado sentiam que o povo e as estruturas sociais resistiam à mudança. E havia o risco de que esse “ambiente” pudesse contaminar mesmo eles. Havia também o perigo oposto, se ao tentar resistir se isolassem: poderiam então tornar-se partidários indevidos do governo pessoal e sem conhecer o efeito real de suas ações tentar impor medidas artificiais que nada adiantavam (1966: 127-28). Deveriam evitar isso e ter consciência de que o processo político num país como o Brasil tem a ver com a *formação* de uma nação, o que necessariamente leva tempo, pois a mesma realidade que se submete ao processo político, também o perverte. (1966: 128)

Essa última observação ajuda a entender como que na época de sua publicação o livro de Duarte representou uma oposição velada ao Estado Novo³. No interior do *campo* político e ideológico que dominava na época, Duarte estava numa posição oposta a Azevedo Amaral, C. Ricardo e outros. Todavia, à distância talvez seja possível hoje perceber o que tinham em comum como participantes do mesmo debate.

Todos eram extremamente historicistas na sua argumentação e tendiam a não identificar o autoritarismo descentralizado tradicional como sendo também *político*. Por outro lado, é importante observar que Duarte obviamente não era um liberal. Na verdade, se desirmos de uma certa mitificação ideológica a sua argumentação, aparecerá que ele de fato aproximou-se bastante de uma discussão do que temos denominado modos de articulação entre o político e o econômico e, particularmente, da possibilidade de um desenvolvimento capitalista caracterizado pela dominância da instância política. No caso do Brasil onde, nas suas palavras, a “lei” tendia a vir antes dos “fatos” também parece ter reconhecido a pressão, pelo menos em termos de modelos apresentados, exercida pelos países mais avançados; além da maneira pela qual o “processo político” era atingido e modificado pela mesma realidade sobre a qual agia.

³ No prefácio à segunda edição do seu livro, escrito em 1965 vinte e seis anos depois da primeira edição – Duarte notou que “por coincidência” a segunda edição surgia “em época de perigos e de vicissitudes semelhantes” (1966: XII).

Toda a sua argumentação, que é por vezes contraditória, é de fato bastante complexa e a originalidade está sobretudo na maneira pela qual combinou elementos que já haviam aparecido na obra de outros autores. Opunha-se aos que viam o autoritarismo estatal presente em toda a história brasileira. Pelo contrário, para ele era primordial a proeminência da “ordem privada”. Todavia, por um lado essa “ordem privada” representava o domínio de uma oligarquia e não o liberalismo, embora viesse a utilizar eventualmente o rótulo de liberais (o que só eram no sentido econômico, e assim mesmo somente uma vez garantido o seu domínio). Por outro lado, essa “ordem privada” veio a ter um forte controle sobre o Estado que se desenvolveu e que – exatamente por causa do atraso de que era um produto – acabou por ter de assumir um papel mais positivo.

Não é claro em Duarte porque e quando o Estado foi forçado a assumir o seu papel como um agente transformador; embora a sua ideia (semelhante à de Oliveira Viana) de que o domínio oligárquico e a alienação das massas em relação à política formavam um campo vazio a confrontar o Estado seja interessante para os nossos propósitos, e lembre as atuais discussões sobre a relação entre Estado e sociedade civil. Parece pelo que vimos que para Azevedo Amaral os pré-requisitos estruturais para o capitalismo autoritário datam da proclamação da República. Para ele a República Velha provavelmente representou *a posteriori* uma espécie de fase de transição. Deve-se notar que Amaral, ao contrário da maioria dos autores posteriores, mostrou uma certa “simpatia” sociológica pelo domínio oligárquico da República Velha, “(...) a maneira única como o organismo nacional pôde reagir à ameaça de morte criada para ele pelos efeitos da democracia liberal” (1938: 62). Na sua linguagem carregada de uma concepção biológica parecia perceber a natureza eminentemente política da “ordem privada” e a solidariedade básica entre os interesses do que denominava as “forças produtivas” e o autoritarismo centralizado.

Não obstante, o que se pode dizer é que tanto Duarte quanto os demais participantes do debate eram ideólogos do capitalismo autoritário e *a alternativa anarquia ou autoridade está presente em todos eles*⁴. A

⁴ Em sua vida pública Duarte assumiu posições bastante avançadas, o que a nosso ver não invalida a caracterização aqui apresentada, já que é surpreendente ao nível do pensamento teórico a contaminação autoritarista no Brasil mesmo em elementos que supostamente

diferença está em que Azevedo Amaral e os outros como ele eram também partidários de um *regime* autoritário, ao passo que Duarte não o era. Em nossa opinião, essa última posição não tem sido percebida quando as oposições políticas usuais no Brasil e outros países “subdesenvolvidos” são vistas como sendo simplesmente entre autoritaristas e liberais.

Discutiremos adiante se o capitalismo autoritário no Brasil tinha necessidade na época de um regime autoritário. Por hora apenas observaremos que em 1945, diante de alianças novas e de uma situação internacional mudada, o Estado Novo caiu. Todavia, apesar das aparências na época a máquina estatal não foi basicamente substituída e o capitalismo autoritário não desapareceu juntamente com o regime autoritário do Estado Novo.

Capitalismo autoritário sem regime autoritário

A Depressão e a Segunda Guerra Mundial criaram um período relativamente longo e contínuo de “crise” no comércio internacional que representou uma oportunidade decisiva e irreversível para a industrialização através da substituição de importações (Tavares, 1972).

No caso do Brasil esse foi particularmente o caso devido ao fato de que uma população em expansão e uma economia de exportação particularmente próspera anteriormente (permitindo um grau significativo de urbanização) já haviam criado um mercado de certo vulto, uma indústria burguesa “espontânea” incipiente e um volume razoável de capital que nas circunstâncias de guerra e depressão tendiam a buscar uma aplicação alternativa⁵.

estariam em um campo oposto, que na verdade, no plano intelectual, parece encontrar grandes dificuldades em sua formação.

⁵ Francisco de Oliveira sugeriu recentemente que a principal razão da industrialização teve a ver com as necessidades de acumulação de capital e não com o consumo: quando se tem uma grande força de trabalho urbana, a produção interna será sempre importante para manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho, independentemente de qualquer redução na capacidade de importar (Oliveira, 1972: 23). Isso parece ser uma observação importante, embora Oliveira a relativize quando considera que a crise cambial, embora não constituísse uma condição suficiente para a industrialização, foi necessária (Oliveira, 1972: 24). É provavelmente possível repensar-se a ideia da substituição de importações de modo a dar o peso devido às necessidades de acumulação.

Depois da Guerra as exportações agrícolas subiram de novo, sobretudo o café. O mesmo se deu com os preços do café até 1953-54. Todavia, a indústria já era então um setor importante da economia e através de todo tipo de artifícios (para os quais a política governamental era essencial) uma boa parte do excedente gerado pelas exportações agrícolas era redirigido para o desenvolvimento industrial. Por outro lado, a partir de 1948 surgiu uma política consistente de taxação de importações “não-essenciais” e o favorecimento à importação de equipamentos. A indústria ganhou uma diversificação considerável e na segunda metade dos anos 50 passa-se pelo que na época se considerava a última fase da substituição de importações: a dos bens de consumo duráveis, tal como automóveis⁶.

O governo, ao mesmo tempo, investia diretamente de forma maciça no chamado “setor infraestrutural”, tal como em siderurgia, petróleo, usinas hidroelétricas, rodovias e foi bem sucedido na criação das precondições para uma expansão contínua. A política de crédito oficial foi também importante nesse sentido.

Como um todo, a direção governamental do processo de industrialização foi particularmente sentida através de sua política de comércio exterior, a sua própria política de investimentos e a prática de reorientar o excedente para a indústria (por exemplo através do confisco parcial dos lucros do comércio cafeeiro, do subsídio às indústrias e de juros mais baixos para a indústria) (Tavares, 1972 e Oliveira, 1972).

Oliveira (1972: 14-15) sugeriu que de 1930 ao final dos anos 50 assistiu-se a uma fase de “transição” para uma economia capitalista. O Estado tinha então funções que eram basicamente as mesmas que as da fase clássica de acumulação primitiva: a destruição do modo de acumulação a que a economia se inclina “naturalmente”, fazendo-a funcionar de forma não-automática através de controles administrativos, criando assim a base para a reprodução da acumulação capitalista ao nível das empresas.

⁶ Em 1949 as indústrias de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial (as chamadas “indústrias tradicionais”) eram responsáveis por 70% do valor total da produção. Em 1961, embora se expandindo, a sua participação baixara para 49%. As indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química aumentaram a sua participação conjunta de 22% em 1949 para 41% em 1961. Essas últimas indústrias vieram a ser conhecidas como “dinâmicas”, em contraste com as “tradicionais”, que tiveram muita importância nas primeiras fases de industrialização (Tavares, 1972: 92).

Discutiremos adiante em que medida na nossa perspectiva de fato se tratava de uma “transição”. No momento, no entanto, é importante notar que tudo isso representava uma dominância considerável do político. A analogia com a fase de acumulação primitiva que cobriria todo esse período parece confirmar a existência de uma continuidade básica que traduziríamos pela ideia de que o capitalismo autoritário persistiu, mesmo tendo terminado o regime autoritário do Estado Novo. Os regimes autoritários no contexto do capitalismo autoritário (o qual, para nós, tende a manter os mecanismos de acumulação primitiva a que se refere Oliveira) podem ser necessários para reforçá-lo, particularmente durante momentos cruciais do seu desenvolvimento, tal como em seus estágios iniciais. Todavia, não se deve confundir um com o outro.

Durante toda essa “transição” a *fronteira em movimento* constituiu-se numa questão central. Devido ao fato de que a consideramos um ponto de referência estratégico para a compreensão do capitalismo autoritário no Brasil, decidimos tratá-la separadamente e é isso o que agora iremos fazer.